

A Paleografia e os registros de batismo de Morrinhos Goiás, de 1876 a 1881

Wesley Ribeiro Alves¹

Gabriela Alves Toledo

Maria Luíza Cruvinel de Menêzes

Resumo A Paleografia é uma ciência que surgiu na Idade Moderna, durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), em que a Europa estava imersa numa profunda crise relativa às propriedades privadas, sendo esta ferramenta usada como forma de se comprovar a autenticidade dos documentos que comprovavam tais propriedades. No Brasil, a partir de 1950, encontramos a Paleografia sendo ministrada como disciplina do curso de História, na USP, evidenciando o fato de que em nosso país, a Paleografia é, basicamente, uma atividade própria da Ciência Histórica. Este artigo discute a relação da História com os documentos escritos, discutindo a importância do documento escrito e da Paleografia para as Ciências Humanas e Sociais na atualidade, apontando os desafios e as possibilidades desta linha de pesquisa. Em seguida, analisamos o Livro 01 de Batismo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, com assentamentos de 1876 a 1881 que trazem informações acerca da dinâmica populacional de Morrinhos no final do Século XIX. Para tanto, descrevemos o processo de reconhecimento, escolha, digitalização e transcrição do Livro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, discutindo sobre as dificuldades encontradas neste processo.

Palavras Chave: Paleografia. Transcrição. Morrinhos. Livro de Batismo.

Introdução

Surgida na Idade Moderna, a Paleografia é uma ciência que tem ajudado, de maneira especial, as Ciências Humanas e Sociais a produzirem conhecimento, sobretudo, possibilitando que estas acessem tempos mais remotos, uma vez que os documentos escritos constituem uma importante fonte de informação, ao lado das descobertas arqueológicas e da História Cultural.

Localizada no Sul de Goiás, Morrinhos é uma das mais antigas cidades da região, sendo uma das primeiras a serem povoadas na região e exercendo no início do Século XX grande influência na política e cultura do Estado de Goiás.

Este artigo, por sua vez, visa apontar as características dos documentos manuscritos de Morrinhos, do final do século XIX. Especificamente, analisa o Livro 01 de Batismo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, que traz assentamentos de 1876 a 1881. Para tanto, digitalizamos o referido livro e o transcrevemos, com o auxílio de uma planilha eletrônica.

¹ Wesley Ribeiro Alves, Gabriela Alves Toledo e Maria Luíza Cruvinel de Menêzes são graduandos do curso de História da UEG na Unidade de Morrinhos. A indicação para a publicação deste artigo assim como as orientações para sua confecção, são do professor Mestre Robson Rodrigues Gomes Filho e professora doutoranda Paula Roberta Chagas da UEG, Unidade de Morrinhos.

O Documento escrito e a produção do conhecimento

Vários fatores influenciam o historiador na escolha dos métodos de pesquisa que adotará, dos documentos históricos que analisará, das etapas a serem empreendidas para apreensão das fontes de pesquisa. Neste sentido, o posicionamento teórico do pesquisador é muito importante, bem como o próprio objeto de pesquisa e os problemas que ele suscita são pontos importantes que influenciam seu trabalho.

As Ciências Sociais também valorizam o documento escrito na produção do conhecimento:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD apud SÁ-SILVA, *et al.* 2009: 02).

Assim, quanto mais antigo é o objeto de pesquisa em Ciências Sociais, tanto mais importante será o documento escrito na produção do conhecimento. E mesmo nas pesquisas com objetos mais recentes o documento escrito tem sua importância consagrada neste ramo do saber, o que no entanto não simplifica a tarefa de classificar o trabalho com documentos escritos:

Não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a pesquisa survey e a observação participante. Dificilmente pode ser considerada como considerada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados (SÁ-SILVA, *et al.* 2009: 03).

Apesar da dificuldade narrada por alguns pesquisadores em nomear esta forma de lidar com os documentos escritos, o termo Pesquisa Documental parece ser o mais utilizado na definição desta forma de produção do conhecimento.

Desta forma, entendemos que o documento escrito ainda tem papel forte na produção do conhecimento das Ciências Sociais, seja por seu uso quase obrigatório para tempos mais remotos. Seja porque a cada dia uma maior quantidade de documentos fica disponível a inúmeros pesquisadores, diante do avanço da internet e de outros meios de comunicação.

Por sua vez, Samara e Tupy (2007) se dedicam a analisar o uso do documento escrito na Ciência Histórica. Segundo elas, durante a primeira metade do século XX o conhecimento histórico era dependente do documento escrito, a ponto de alguns historiadores afirmarem:

A História se faz com documentos. Documentos são os traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do passado. Entre os pensamentos e os atos dos homens, poucos há que deixam traços visíveis... [...] Por falta de documentos, a História de enormes períodos do passado da humanidade ficará sempre desconhecida. Porque nada supre os documentos: onde não há documentos não há História (LANGLOIS; SEIGNOBOS apud SAMARA; TUPY, 2007: 17).

Assim, durante anos a produção do conhecimento histórico esteve atrelada aos documentos escritos, sendo estes condição indispensável para o conhecimento das sociedades antigas. Samara e Tupy (2007) entendem que tal perspectiva começou a mudar a partir do momento no qual se percebeu que não apenas a História busca a explicação dos fatos sociais, o que levou os historiadores a valorizarem a interdisciplinaridade, os métodos e técnicas de outras áreas, como forma de apreensão do passado. Assim, a noção de documento histórico foi transformada, incluindo outras fontes como as arqueológicas, objetos e materiais, e mais recentemente, a própria memória dos indivíduos (através de linhas de pesquisa, como a História Oral) tem sido passível de análise histórica.

No entanto, o documento escrito sempre teve um papel importante na História:

Independentemente de seu propósito original, do sentido essencial de sua elaboração, os documentos impressos e/ou manuscritos vinham sendo considerados, por excelência, as fontes principais de estudos e de pesquisas históricas. Sujeitos à identificação e à análise de diferentes olhares, sob diversas abordagens, em temporalidades distintas, permitiam aos historiadores uma ininterrupta reinvenção do passado, o constante refazer da busca de sentido para o mundo em que viviam. Como origem fundamental da narrativa histórica, os documentos deviam ser apreendidos como resultado de um trabalho humano que, ao registrar mensagens emitidas por quem o criava, podia traduzir, embora de modo fragmentado, uma aproximação parcial – os vestígios – de um fato, de um acontecimento, de uma experiência vivida, de objetos ou, até mesmo, de impressões e de sensações (SAMARA; TUPY, 2007: 18).

Desta forma, os documentos escritos (como toda forma de documento histórico) são registros do passado, no entanto, por si só não traz muitas informações sobre o passado, a menos que o historiador saiba fazer as perguntas corretas e utilizar os métodos apropriados no desenvolvimento de sua pesquisa. Neste sentido, a Paleografia e a Diplomática se revelam ferramentas importantes para o desenvolvimento do conhecimento histórico:

Uma ênfase maior foi dada à *Paleografia* e à *Diplomática* cujas metodologias e técnicas científicas garantiram a busca, a coleta e a recuperação de registros manuscritos, pois a leitura, a decifração de seu conteúdo e a autenticidade dos documentos constituiria, a primeira tarefa do historiador. [...] A primeira delas – a *Paleografia* – pode ser associada à leitura, à transcrição e à interpretação de formas gráficas antigas; e a segunda – a *Diplomática* – detém-se, por sua vez, na veracidade e na autenticidade de um manuscrito, analisando onde o mesmo foi produzido, quais os indivíduos que o redigiram e em que momento isso ocorreu (SAMARA, TUPY, 2007: 25).

Assim, a História pode se valer dos métodos da Paleografia e da Diplomática para transcrever, garantir a autenticidade dos documentos analisados, e assim produzir o conhecimento histórico. Portanto, o documento escrito tem um papel inestimável na História, sendo uma das principais fontes de informações do passado.

A Edição de manuscritos no Brasil

Segundo Cambraia (apud TONIAZZO *et al.* 2009), há diversas formas de tornar acessível ao público um texto, sendo importante, para tanto, a escolha do tipo adequado de edição a ser utilizado, pois cada um tem características próprias, desde a edição fac-similar, em que o grau de intervenção do editor é nulo, até a interpretativa, marcada por forte intervenção deste.

Editando um manuscrito de 1885 e outro de 1895, do Arquivo Público Municipal de Cáceres-MT, Toniazzo *et al.* (2009) optam pelo método fac-similar e pelo método semidiplomática. A edição fac-similar ou foto-mecânica é entendida como a fotografia do texto, reproduzindo com fidelidade as características do texto original, uma vez que a semidiplomática representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas, buscando eliminar as dificuldades de natureza paleográfica suscitadas pela escritura.

Toniazzo *et al.* (2009) aponta algumas orientações para a edição semidiplomática de documentos: manter-se a ortografia, a acentuação, as maiúsculas e as minúsculas devem ser mantidas conforme grafados no original, as abreviaturas devem ser desdobradas e as letras omitidas marcadas em itálico. Eles ainda afirmam que a análise paleográfica, minuciosa por natureza, requer dedicação e muitas horas de trabalho, por parte do pesquisador, exigindo um olhar atento para cada palavra do texto.

A tarefa da paleografia se inicia com a coleta de documento, tarefa que requer paciência, uma vez que devem ser consultados bibliotecas, mosteiros, paróquias, observando cada característica das letras e da forma de escrita.

Historicamente, Toniazzo *et al.* (2009) situam a consolidação da Paleografia como fruto da necessidade criada pela Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), durante a qual começou a surgir uma série de dúvidas acerca da propriedade de terras e castelos. Os juízes para se livrarem dos documentos falsos, passaram a analisar minuciosamente os documentos de propriedade. Assim, a Paleografia surge com o objetivo de determinar o autor, o tempo e o lugar em que dado documento foi escrito, fornecendo ao perito as ferramentas indispensáveis para se distinguir os documentos verdadeiros e autênticos, dos falsos, deturpados, apócrifos. Como cátedra, a Paleografia surge primeiro na Alemanha, nas escolas de Filosofia e Letras. No Brasil, os estudos paleográficos surgiram no final do século XIX e início do XX, os estudos paleográficos desenvolveram-se inicialmente graças à iniciativa particular dos historiadores. Apenas em 1952, na Universidade de São Paulo – USP, a Paleografia surge como disciplina do curso de História. Segundo Blanco (apud TONIAZZO, 2009), são finalidades da Paleografia:

- Ensinar a ler corretamente e sem erros todo tipo de documento, tanto antigo, quanto moderno;
- Dar a conhecer a evolução da escrita através dos tempos, das nações e dos indivíduos;
- Determinar o autor, o tempo e o lugar em que o documento foi escrito;
- Fornecer ao perito os conhecimentos indispensáveis para saber distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, adulterados, etc.;
- Descrever as letras (forma, traçado, ângulo, módulo, peso);
- Descrever os sinais braquigráficos (abreviaturas) atribuindo-lhes significado exato e completo;
- Descrever os sinais etimológicos (pontuação).

Atualmente, o Arquivo Público de São Paulo é um dos principais divulgadores da paleografia, bem como uma das instituições que mais busca coletar e organizar documentos escritos no Brasil.

Em geral, a maior parte dos locais que possuem documentos passíveis de análise paleográfica tem ligação com Igrejas ou aos órgãos da Justiça, como fóruns. A maior parte destes lugares não oferece condições mínimas de conservação dos documentos históricos, além de carecerem de maior sistematização e organização.

A Questão das Abreviaturas na Paleografia Brasileira

Uma das maiores preocupações dos paleógrafos diz respeito à questão das abreviaturas. Flexor (2010), afirma que em sua experiência de contato com manuscritos dos séculos XVI a XIX, as abreviaturas se mostraram uma grande dificuldade para quem se dispõe a ler e extrair dados para suas pesquisas.

Neste sentido, a pesquisadora, empreendeu, em parceria com outros pesquisadores, um trabalho com vistas a elaborar uma lista das abreviaturas mais comumente usadas nos documentos históricos do Brasil, num projeto iniciado em 1963.

Em 1990, esta lista já contava com cerca de 20 mil abreviaturas simples, além de um grande número de expressões abreviadas, como aquelas constantes nos protocolos de saudações nomes de instituições, expressões jurídicas, cargos públicos, civis, militares ou eclesiásticos.

Em 2004, uma terceira edição da lista de abreviaturas contava com 25 mil abreviaturas, sem contar as expressões de endereçamento, subscrição, topônimos, entre outros. Tanto a segunda como a terceira edição são frutos de consultas aos arquivos públicos do Arquivo do Estado de São Paulo, Arquivo da Prefeitura Municipal de São Paulo, Arquivo Público do Estado da Bahia, Divisão de Arquivo da Prefeitura Municipal do Salvador (Fundação Gregório de Mattos), Arquivo da cidade de Cachoeira/Bahia e Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca e Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Arquivo Público do Estado e Casa da Memória de Curitiba, do Paraná, documentação manuscrita de propriedade da Universidade Católica de Goiás, Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, diversos arquivos de instituições religiosas de Salvador, etc., segundo Flexor (2010).

Basicamente, existem três tipos de abreviaturas, segundo Flexor (2010): as siglas simples (quando indicadas apenas por letras como, por exemplo, ONU – Organização das Nações Unidas, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), siglas reduplicadas (nas quais a letra é repetida para significar o plural das palavras representadas, ou quando, na palavra, a letra é encontrada pelo menos duas vezes – como em SS – santíssimo, RR – reverendíssimo), além de siglas compostas (quando são formadas pelas duas ou três

primeiras letras da palavra, por palavras dominantes do vocábulo ou expressão, como exemplo MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização e PETROBRAS – Petróleo do Brasil, cujo uso é mais recente).

O Livro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos

Sérgio Nadalin (2004) entende que a Igreja Católica Romana, seguida posteriormente pelas denominações protestantes, anunciou precocemente uma das características da modernidade. Desde o Concílio de Trento (1545-1563) instituiu formas de controle da sua população, definindo normas para padronizar os registros dos principais sacramentos que marcam os momentos da vida dos católicos.

Dessa maneira, os padres foram ensinados como registrar os Batismos (e mais tarde a Crisma), os Matrimônios e os Sepultamentos. Tais normas foram completadas no século XVIII, por ocasião da instituição do *Rituale Romanum* que, além de definir como fazer tais assentamentos, ensinava a fazer contagens periódicas dos paroquianos (NADALIN, 2004: 40).

Desta forma, a Igreja tinha a preocupação de garantir que os registros da vida de seus fiéis seguissem um mesmo padrão. No Brasil - colônia, a Arquidiocese de Salvador da Bahia exercia a jurisdição sobre toda a Igreja da América portuguesa, definindo as regras a serem adotadas nos assentamentos paroquiais.

O sacramento do batismo esteve ligado à saúde do corpo e da alma dos fiéis, por isso, a preocupação de se batizar o mais rápido possível as crianças, de preferência até o oitavo dia. O batismo devia ser ministrado na igreja, ainda que o batismo em casa fosse permitido, em caso de “necessidade” segundo Nadalin (2004). Passado o risco de morte da criança, a mesma deveria ser levada para a igreja, a fim de receber os Santos Óleos.

Assim, o batismo é uma etapa importante da vida dos indivíduos católicos e durante o Brasil - colônia e o Brasil Império, a Igreja Católica era a religião oficial e a única instituição a realizar os registros de nascimento, matrimônio e falecimento dos brasileiros.

Localizada na cidade de Morrinhos, na região Sul de Goiás, a Paróquia Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 30 de julho de 1845, sendo este o ano em que se comemora a fundação da cidade de Morrinhos (no entanto, celebra-se a data em 16 de julho, dia da Padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo).

No Arquivo Paroquial, encontram-se documentos de casamento mais antigos a partir de 1836, e de Batismo a partir de 1876. O livro Tombo mais antigo da Paróquia traz informações a partir de 1916.

Escolhemos analisar o Livro 1 de Batismo, com documentos de 1876 a 1881, por este ser o livro mais antigo que encontramos no arquivo paroquial. Optamos por fotografar as páginas do referido livro e por transcrever as informações nele contidas com o auxílio de um *software* de planilha eletrônica, uma vez que se trata de uma documentação seriada com diversas informações, como o nome da pessoa que foi batizada, nome dos pais e padrinhos, data da celebração, o padre que ministrou este sacramento, em alguns casos, a igreja, a data e local de nascimento do batizando, bem como o nome dos avôs.

O livro traz assentamentos de batismo realizados por dois padres, Pe. Antonio Francisco do Nascimento, nos registros que vão de 1876 a 25 de agosto de 1878, e do Cônego José Olyntho da Silva, a partir de 15 de fevereiro de 1880. Ao todo, foram transcritos os 396 assentamentos de batismo contidos nas 71 folhas do Livro de Batismo analisado.

Características dos Assentamentos do Pe. Antonio Francisco do Nascimento

Para exemplificar, transcrevemos o assentamento de batismo de Pedro, realizado em 20 de agosto de 1876:

Aos vinte dias do mez de Agosto de mil e oitocentos e setenta e seis, Baptizei solemnemente e puz os santos olios ao inocente Pedro, filho legitimo de Alexandre Antonio de Oliveira e Francisca Maria de Menezes, neto pela parte paterna de Francisco Antonio de Olveira e Maria Perpetua de Santa Ritta, e pela parte materna de Luis Antonio de Castilho, Maria Luiza de Menezes, foram padrinhos, Francisco Luis de Castilho e Anna Maria da Conceição. Doque para constar mandei fazer este assento.

O Vig^o Col. P. Antonio Francisco do Nascimento (F007-V).

Normalmente, o padre Antonio Francisco do Nascimento, descreve o nome dos pais, dos padrinhos, e em alguns casos informa o nome dos avôs dos catecúmenos. Os assentamentos informam se o catecúmeno é filho de pais casados, se filho apenas da mãe (filiação maternal) ou se filho de casais que não contraíram matrimônio (filiação natural).

Enquanto os assentamentos são grafados com tinta escura, a assinatura do Pe. Antonio Francisco do Nascimento é feita com tinta mais clara e as letras maiúsculas são menos desenhadas que as usadas no corpo do assentamento.

Durante o processo de transcrição, apenas três nomes de batizados foram marcados como ilegíveis, porque uma vez que a grafia utilizada pelo padre estava com alguns borrões, ao passo que em dez nomes ficamos com dúvidas acerca da grafia correta dos nomes.

Características dos assentados do Conêgo José Olyntho da Silva

Segue a transcrição de um dos assentamentos de Batismo do Conêgo José O. Silva:

Aos vinte e nove dias do mez d'Agosto, do anno do Senhor de mil oitocentos e oitenta, baptizei e pôs os Santos Olios a inocente Francisca, filha legitima de Lazaro Gonsalves da Roza e de sua mulher Delfina Roza de São José, nascida á nove de julho deste anno, na fazenda da Santa Roza, desta Freguesia de Morrinhos, foram padrinhos Jáú Luiz de Souza e Roza Anna Silveira da Conceição e para constar fiz este assento.

Conego José Olyntho da Silva (F059-F).

Ao contrário do Pe. Antônio Francisco do Nascimento, o Cônego José Olyntho da Silva preocupa-se com dados mais detalhados do catecúmeno, como o local e a data de nascimento.

No entanto, apenas nos primeiros registros do ano de 1881 é que o cônego José Olyntho deixa explícito no Livro que os batizados ocorreram na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, ficando a maior parte dos registros sem tal informação (ao contrário dos registros do Pe. Antônio Francisco, em que esta informação está presente na maior parte dos registros).

Além disso, o cônego José Olyntho não faz menções a nomes dos avós dos catecúmenos, prática comum (apesar de não estar presente em todos os registros) nos documentos do Pe. Antônio Francisco.

A mesma tinta usada na escrita do assentamento é usada na assinatura, bem como a mesma inclinação e traçados das letras, o que nos leva a imaginar que, enquanto Pe. Antônio Francisco escrevia todos os termos e só então os assinava, o Cônego José Olyntho pareceu escrever cada termo e assiná-los logo em seguida.

A Transcrição do Livro de Batismo da Paróquia Nossa Senhora do Carmo

No dia 15 de agosto de 2012 visitamos a Paróquia Nossa Senhora do Carmo a fim de conhecermos o arquivo paroquial. Na oportunidade, foi-nos apresentado o mesmo e nos deram livre acesso à documentação. O arquivo paroquial fica no andar superior do Escritório

Paroquial, num armário de aço. A documentação a partir de 1900 está bem organizada e conservada, todos organizados em seus respectivos livros, ao passo que a documentação mais antiga ainda carece de organização mais sistêmica, e muitos documentos apresentam sinais de corrosão e da ação do tempo, tornando sua análise extremamente complicada.

Nesta primeira visita tomamos conhecimento do Livro que está sendo analisado e traçamos a partir dali nosso plano de trabalho. Uma semana depois, no dia 22 de agosto de 2012, munidos de uma câmera digital de 14 *megapixels*, de máscaras e luvas cirúrgicas para a proteção dos documentos e dos pesquisadores, retornamos aos arquivos paroquiais, onde fotografamos as páginas do Livro 1 de Batismo.

Em seguida, como dito, com o auxílio de um software de edição de planilhas eletrônicas, transcrevemos os dados dos assentamentos de batismo, perfazendo um total de 396 linhas e 21 colunas.

Á medida que nos acostumamos com a grafia dos padres, a transcrição foi se tornando mais fácil, motivo pelo qual após uma primeira transcrição, realizamos uma revisão geral na planilha, a fim de identificarmos palavras que no primeiro momento foram consideradas dúbias ou de grafia ilegível.

As primeiras páginas do livro encontram-se muito corroídas, ao passo que a capa do livro é uma pasta de adição bem posterior à redação dos assentamentos, não sendo, no entanto, possível determinar em que ano ela foi anexada às páginas do livro. Nesta capa improvisada, encontra-se coladas, na parte interna, folhas do jornal da arquidiocese de Goiás, do ano de 1940, o que talvez indique a pasta que serve como capa deste livro tenha sido afixada após este ano.

A primeira página manuscrita (que fala do encerramento do livro), no entanto traz uma informação contraditória em relação à natureza do livro:

Autorizado pelo Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano, encerro este livro que servira para o registro dos casamentos d'esta freguezia de Nossa Senhora das Dores de Caldas Novas. Contem 200 folhas por mim numeradas e rubricadas com o sobre nome que uso "P. Calzada".
Caldas Novas 6 de Maio de 1907
O Vigario P. Julião Calzada (F001-F)

Assim, o livro que analisamos traz uma parte que pertence a um livro de casamento da Paróquia Nossa Senhora das Dores, do município vizinho a Morrinhos, Caldas Novas e que

fizera até o ano de 1911, parte do município de Morrinhos. Uma posterior pesquisa nos demais livros e folhas do arquivo pode nos ajudar a entender o motivo desta página intrigante estar neste livro de batismo.

Outra página, esta sim, escrita pelo Padre Antônio Francisco do Nascimento parece ser a primeira página do livro de Batismos:

Livro de Assentamentos de Batizados
Parochia de N. Sra do Carmo de 1876-1880 (F003-F).

Esta inscrição, por sua vez, nos leva a crer que o livro de batismo, da maneira como chegou às nossas mãos é, como já nos sugere a capa, uma montagem feita, ao menos, sessenta anos depois dos assentamentos.

Dificuldades na Transcrição do Livro de Batismos

A primeira dificuldade que notamos no processo de transcrição do livro de Batismo foi nos adaptar à ortografia da época em que o documento foi escrito, uma vez que há em nós uma tendência natural a grafarmos os nomes e expressões de acordo com as normas gramaticais atualmente vigentes.

Neste sentido, incorríamos no risco de transcrevermos “Ana”, tal qual escrevemos hoje, e não “Anna”, como era grafada no final do século XIX no Brasil. Neste mesmo sentido, palavras que atualmente têm acento gráfico e que antigamente não o tinham também mereceram especial cuidado, como o nome Antônio, que nos vem grafado “Antonio”.

Ambos os padres não usam muitas abreviações, o que facilitou nossa tarefa de transcrever o Livro de Batismos. Além das abreviações para vigário (Vig^o), padre (P.), a abreviatura para dona (D.) também foi usada nos assentamentos de batismo.

Quanto à transcrição de nomes, não houve grandes dificuldades, uma vez que a maioria dos nomes é de uso recorrente ainda hoje. O nome que mais nos chamou a atenção, no entanto, foi Messias, que aparece em registros de 01 de abril de 1877 (F017-F), 02 de outubro de 1877 (F031-F) e em 06 de janeiro de 1881 (F065-F) em ambos os casos usados como nome feminino. O nome Messias ainda aparece num assentamento de 16 de maio de 1878 (F040-F), no entanto como nome masculino. A existência deste nome nos mostrou que Messias é um nome feminino de uso comum na região de Goiás, neste período.

Algumas páginas do Livro de Batismo encontravam-se com a tinta mais fraca, como é o caso das páginas F041-F, F041-V, F044-F, o que também dificultou nosso trabalho de transcrição. O uso da letra “y” em palavras como Olyntho, também exigiu de nós uma maior atenção no processo de transcrição.

Em paralelo, a existência de alguns sobrenomes de uso muito difundido em Morrinhos, como os sobrenomes do Carmo, de Jesus, das Dores, Ritta, facilitou não somente o processo de transcrição, como também a identificação de outras letras e palavras similares.

Conclusão

Através da experiência da transcrição do Livro de Batismos da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, referente aos anos de 1876 a 1881 nós percebemos que a paleografia é uma arte de difícil e exigente, que no entanto, nos oferece preciosas informações acerca da sociedade e da cultura em que o documento foi produzido.

Se por um lado, o advento da datilografia e, mais recentemente, da informática diminuíram a importância dos documentos manuscritos, por outro lado, estes são uma importante ferramenta que tem ajudado os pesquisadores a melhor sistematizar e compartilhar informações e arquivos de diferentes períodos e regiões, assim como já o faz o Arquivo Público de São Paulo.

Nossa experiência com os documentos de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo nos fez evidenciar a importância do estabelecimento, com urgência, de um Centro de Documentação que trate os documentos desta que é uma das mais antigas e importantes cidades do Sul do Estado de Goiás. Garantindo à ciência histórica a possibilidade de analisar documentos nunca antes analisados, preservando o patrimônio histórico-cultural de Morrinhos, bem como contribuindo para a preservação da memória morrinhense.

Referências

- FLEXOR, M. **Abreviaturas de Manuscritos dos Século XVI ao XIX**. Vitória: IV Congresso Nacional de Arquivologia, 2010.
- NADALIN, S. **História e Demografia – Elementos para um Diálogo**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

SÁ-SILVA, J; ALMEIDA, C; GUINDANI, J. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I, Número I – Julho de 2009.

SAMARA, E; TUPY, I. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TONIAZZO, C; ANDRADE, E; KRAUSE, M. **Edição de Manuscritos: Características Paleográficas**. Cuiabá: Polifonia, Nº 19, 2009, p. 43-58.